

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00
Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Celta Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 141.365 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 883.423 mil e Ativos Totais de R\$ 895.526 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro

líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Em 29 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 54.000 mil elevando-o de R\$ 326.000 mil para R\$ 380.000 mil mediante capitalização de parte da Reserva de Lucros - Reserva Estatutária.

Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2017	2016			Totais
ATIVO					
CIRCULANTE	575.318	296.429	CIRCULANTE		7.745
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	271.320	175.668	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16e)		5.175
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6)	33.054	30.119	Dividendos a Pagar (Nota 11d)		1.343
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 7)	136.758	-	Outras Obrigações a Pagar		1.227
Dividendos a Receber (Nota 15)	116.071	73.614			1.381
Créditos Tributários (Nota 16c)	-	64	NÃO CIRCULANTE		4.358
Valores a Receber (Nota 8)	18.115	16.964	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16c)		4.358
NÃO CIRCULANTE	320.208	456.850			
REALIZÁVEL À LONGO PRAZO	56.578	193.218	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		883.423
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 7)	-	123.576	Capital Social (Nota 11a)		380.000
Créditos Tributários (Nota 16c)	440	507	Reservas de Lucros (Nota 11b)		503.466
Valores a Receber (Nota 8)	54.344	67.857	Ajuste Avaliação Patrimonial	(43)	(356)
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d)	1.794	1.278			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	263.630	263.632			
TOTAL	895.526	753.279	TOTAL		895.526
					753.279

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais							
	Exercícios findos em 31 de dezembro		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais				
	2017	2016	Capital Social	Reservas de Lucros Legal e Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial (Próprias)	Lucros Acumulados	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	116.070	73.640	Eventos				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	116.070	73.640	Saldos em 31.12.2015	276.000	21.110	352.424	649.534
DESPESAS OPERACIONAIS	2.989	3.641	Aumento de Capital com Reservas (Nota 11a)	50.000	-	(50.000)	-
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	531	514	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	94.811
Despesas Tributárias (Nota 13)	2.382	2.056	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(356)	(356)
Outras Despesas Operacionais	76	1.071	Destinações - Reservas	-	4.740	89.170	(93.910)
RESULTADOS FINANCEIROS	40.888	35.308	Dividendos Propostos	-	-	-	(901)
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 12)	40.888	35.308	Saldos em 31.12.2016	326.000	25.850	391.594	(356)
Aumento/(Redução) em Empréstimos e Recebíveis	152.969	105.307	Aumento de Capital com Reservas (Nota 11a)	54.000	-	(54.000)	-
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO	(12.604)	105.307	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	141.365
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16a)	141.365	94.811	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	313	313
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	740.000	740.000	Destinações - Reservas	-	7.068	132.954	(140.022)
Número de Ações	740.000	740.000	Dividendos Propostos	-	-	-	(1.343)
Lucro Líquido Básico por ação em R\$	191,03	128,12	Saldos em 31.12.2017	380.000	32.918	470.548	(43)
							883.423

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2017	2016			Exercícios findos em 31 de dezembro
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	153.969	105.307	Lucro Líquido do Exercício		141.365
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(121.030)	(72.986)	Ajuste de Avaliação Patrimonial		313
Resultado de Equivalência Patrimonial	(116.070)	(73.640)	Total do Resultado Abrangente		141.678
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	(4.960)	654			94.455
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	32.939	32.321			
Aumento em Ativos Financeiros para Venda	(12.709)	(124.116)			
Aumento em Ativos Financeiros para Negociação	(2.935)	(30.119)			
Aumento/(Redução) em Empréstimos e Recebíveis	8.159	8.159			
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	12.567	8.159			
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	356	1.303			
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7.281)	(6.841)			
Caixa Líquido Gerado das Atividades Operacionais	22.937	(38.969)			
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:					
Dividendos Recebidos	73.616	63.241			
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Investimentos	73.616	63.241			
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:					
Dividendos Pagos	(901)	(936)			
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(901)	(936)			
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	95.652	23.336			
Caixa e Equivalente de Caixa - Início do Exercício	175.668	152.332			
Caixa e Equivalente de Caixa - Fim do Exercício	271.320	175.668			
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	95.652	23.336			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais					
1) CONTEXTO OPERACIONAL					
A Celta Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como colista ou acionista. A Celta Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.					
2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS					
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.					
2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis					
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.					
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.					
2.2) Moeda funcional e de apresentação					
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.					
2.3) Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.					
2.4) Ativos financeiros					
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação, disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.					
Ativos financeiros para negociação					
Ativos financeiros para negociação são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.					
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.					
2.5) Determinação do valor justo					
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.					
As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.					
2.6) Investimentos em coligadas					
Os investimentos em sociedades coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas são eliminadas na medida da participação da Companhia, e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (<i>impairment</i>) do ativo transferido.					
2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)					
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.					
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.					
Uma perda por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.					
2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais					
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:					
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;					
• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;					
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e					
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.					
2.9) Patrimônio líquido					
a) Lucro por ação					
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.					
b) Dividendos a pagar					
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.					
2.10) Reconhecimento da receita					
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.					

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
Celta Holdings S.A.	4
SCOPUS INDUSTRIAL S.A.	6
SCOPUS SOLUÇÕES EM TI S.A.	8
TITANIUM HOLDINGS S.A.	2

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00
Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 29 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 54.000, elevando-o de R\$ 326.000 para R\$ 380.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passa a ser a seguinte: "Artigo 6) O Capital Social é de R\$ 380.000 (trezentos e oitenta milhões de reais), dividido em 740.000 (setecentas e quarenta mil) ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal".

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Reservas de lucros.....	503.466	417.444
- Reserva legal (1).....	32.918	25.850
- Reserva estatutária (2).....	470.548	391.594

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (Artigo 199).

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2017	% (1)	2016	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	141.365		94.811	
Reserva legal.....	(7.068)		(4.740)	
Base de cálculo.....	134.297		90.071	
Dividendos mínimos obrigatórios.....	1.343	1,0	901	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

12) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Rendimento de aplicações financeiras.....	35.933	35.962
Variáveis monetárias líquidas sobre valores a receber.....	4.661	6.991
Variáveis cambiais líquidas sobre valores a receber.....	294	(7.645)
Total.....	40.888	35.308

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
COFINS.....	1.986	1.719
PIS.....	335	279
IOF.....	60	57
Outras.....	1	1
Total.....	2.382	2.056

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Patrocínios e doações.....	409	407
Editais e publicações.....	100	75
Multas dedutíveis.....	10	-
Serviços de terceiros.....	12	32
Total.....	531	514

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2017		2016	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.....	6	-	5	-
Ativos Financeiros para Negociação:				
Banco Bradesco S.A.....	33.054	2.935	30.119	119
Ativos Financeiros para Venda:				
Banco Bradesco S.A.....	136.758	12.709	123.576	516
Empréstimos e Recebíveis:				
Banco Bradesco S.A.....	-	-	-	13.658
Dividendos a Pagar:				
Bradesplan Participações Ltda.....	(1.343)	-	(901)	-
Dividendos a Receber:				
Aquarius Participações S.A.....	116.071	-	73.614	-

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Celta Holdings S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Celta Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celta Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores" pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	153.969	105.307
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(52.349)	(35.804)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	39.464	25.038
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(128)	(118)
Outros valores.....	409	388
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(12.604)	(10.496)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(12.634)	(10.861)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício, sobre adições temporárias.....	30	365
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(12.604)	(10.496)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2016	Constituição	Realização	2017
Provisões para propaganda/publicidade e honorários.....	387	53	23	417
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	387	53	23	417
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	184	-	161	23
Total dos créditos tributários.....	571	53	184	440
Obrigações fiscais diferidas.....	5.282	1.255	2.179	4.358
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	(4.711)	(1.202)	(1.995)	(3.918)

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante R\$ 1.794 (2016 - R\$ 1.278) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 5.175 (2016 - R\$ 2.870), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 5.053 (2016 - R\$ 2.205), Contribuição Social (2016 - R\$ 466), COFINS R\$ 105 (2016 R\$ 171) e PIS R\$ 17 (2016 - R\$ 28).

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2018.....	51	18	69
2019.....	102	37	139
2020.....	102	37	139
2021.....	52	18	70
Total.....	307	110	417

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação da Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 397 (2016 - R\$ 364).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há processos com riscos, civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis.

c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

• CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em três classificações: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.

O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (impairment) não terão reflexos relevantes para os ativos e investimentos diretos/indiretos avaliados no modelo do CPC 48.

• CPC 47 - Recalculação de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Companhia não terá impactos; e

d) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Silvio José Alves – Contador – CRC-1SP202567/O-5

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 23 de abril de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

www.imprensaoficial.com.br

io ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx
(11) 2799 9687

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 128 • Número 75
São Paulo, terça-feira, 24 de abril de 2018

Página 5

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00
Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Celta Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 141.365 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 883.423 mil e Ativos Totais de R\$ 895.526 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Em 29 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 54.000 mil elevando-o de R\$ 326.000 mil para R\$ 380.000 mil mediante capitalização de parte da Reserva de Lucros - Reserva Estatutária.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2017	2016		2017	2016
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	575.318	296.429	CIRCULANTE	7.745	4.909
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	271.320	175.668	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16e).....	5.175	2.870
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6).....	33.054	30.119	Dividendos a Pagar (Nota 11d).....	1.343	901
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 7).....	136.758	-	Outras Obrigações a Pagar.....	1.227	1.138
Dividendos a Receber (Nota 15).....	116.071	73.614			
Créditos Tributários (Nota 16c).....	-	64	NÃO CIRCULANTE	4.358	5.282
Valores a Receber (Nota 8).....	18.115	16.964	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16c).....	4.358	5.282
NÃO CIRCULANTE	320.208	456.850			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	56.578	193.218	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	883.423	743.088
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 7).....	-	123.576	Capital Social (Nota 11a).....	380.000	326.000
Créditos Tributários (Nota 16c).....	440	507	Reservas de Lucros (Nota 11b).....	503.466	417.444
Valores a Receber (Nota 8).....	54.344	67.857	Ajuste Avaliação Patrimonial.....	(43)	(356)
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d).....	1.794	1.278			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	263.630	263.632	TOTAL	895.526	753.279
TOTAL	895.526	753.279			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS	116.070	73.640
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9).....	116.070	73.640
DESPESAS OPERACIONAIS	2.989	3.641
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14).....	531	514
Despesas Tributárias (Nota 13).....	2.382	2.056
Outras Despesas Operacionais.....	76	1.071
RESULTADOS FINANCEIROS	40.888	35.308
Recostas Financeiras Líquidas (Nota 12).....	40.888	35.308
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	153.969	105.307
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16a)	(12.604)	(10.496)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	141.365	94.811
Número de Ações.....	740.000	740.000
Lucro Líquido Básico por ação em R\$.....	191,03	128,12

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	153.969	105.307
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	(121.030)	(72.986)
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(116.070)	(73.640)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas.....	(4.950)	80.324
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	32.939	32.321
Aumento em Ativos Financeiros para Venda.....	(12.709)	(124.116)
Aumento em Ativos Financeiros para Negociação.....	(2.935)	(30.119)
Aumento/(Redução) em Empréstimos e Recebíveis.....	8.159	9.159
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	12.567	8.159
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	356	1.303
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(7.281)	(6.841)
Caixa Líquido Gerado das Atividades Operacionais	22.937	(88.969)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Dividendos Recebidos.....	73.616	63.241
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Investimentos	73.616	63.241
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos.....	(901)	(936)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(901)	(936)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	95.652	23.336
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício.....	175.668	152.332
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício.....	271.320	175.668
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	95.652	23.336

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Celta Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como colista ou acionista. A Celta Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apressentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação, disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
Ativos financeiros para negociação
Ativos financeiros para negociação são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
Ativos financeiros disponíveis para venda
Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.

2.5) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.
As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base na valor de cota divulgado pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimento em coligadas
Os investimentos em sociedades coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia, e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros percam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
• **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.
• **Provisões:** são constituídas livres em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido
a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.
b) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.
A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Recostas financeiras
As recostas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e juros e variação cambial positiva sobre valores a receber. As recostas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.
2.11) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".
Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.12) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.
Valor justo de ativos e passivos financeiros
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:
Nível 1
Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
Nível 2
Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
Nível 3
Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.
Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial (Próprias)	Lucros Acumulados		Totais
	Legal	Estatutária	Legal	Estatutária		2017	2016	
Saldos em 31.12.2015	276.000	21.110	352.424	-	-	-	-	649.534
Aumento de Capital com Reservas (Nota 11a).....	50.000	-	(50.000)	-	-	94.811	-	94.811
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	(356)	-	(356)
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	(93.910)	-	(93.910)
Destinações - Reservas.....	-	4.740	89.170	-	-	(901)	-	(901)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2016	326.000	25.850	391.594	(356)	-	-	-	743.088
Aumento de Capital com Reservas (Nota 11a).....	54.000	-	(54.000)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	141.365	-	141.365
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	313	-	313
Destinações - Reservas.....	-	7.068	132.954	-	-	(140.022)	-	(140.022)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2017	380.000	32.918	470.548	(43)	-	-	-	883.423

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício.....	141.365	94.811
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	313	(356)
Total do Resultado Abrangente	141.678	94.455

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	6	5
Fundos de investimentos financeiros (2).....	271.314	175.663
Total de caixa e equivalentes de caixa	271.320	175.668

(1) Refere-se a depósito bancário à vista, e
(2) Refere-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

6) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Certificado de Depósito Bancário (1).....	33.054	30.119
Total	33.054	30.119

(1) Refere-se a Certificado de Depósito Bancário - CDB emitido pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 98% do DI com vencimento em 11.12.2018.

7) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Títulos	2017		2016		
	De 180 a 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Letras financeiras (1).....	136.758	136.758	136.824	(66)	123.576
Total	136.758	136.758	136.824	(66)	123.576

(1) Refere-se a Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., à taxa de 102,75% do DI, com vencimento em 20.12.2018.

8) VALORES A RECEBER

O montante de R\$ 72.459 (2016 - R\$ 84.821), refere-se a valores a receber decorrentes da repactuação do acordo com a FIS - Fidelity National Information Services, INC, firmado em novembro de 2010. Os referidos valores são atualizados, respectivamente, pela variação de taxa e pela variação do Depósito Interbancário - DI. O saldo remanescente será pago em 4 parcelas anuais e sucessivas.

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial.
b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Empresa	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social - %	Exercícios findos em 31 de dezembro		Resultado de equivalência patrimonial	
					2017	2016		
Aquarius Participações S.A.	538.019	236.877	254.110	49,0000%	263.630	263.632	116.070	73.640
Total					263.630	263.632	116.070	73.640

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa na investida.

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetividade, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação relaciona-se ao PIS, Cofins, IRRF e CSLL, cuja totalidade do processo corresponde a R\$ 50.991 (2016 - R\$ 47.611).

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Ordinárias.....	740.000	740.000
Total	740.000	740.000

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 28 de abril de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 50.000, elevando-o de R\$ 276.

continuação

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00
Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	153.969	105.307
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(52.349)	(35.804)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	39.464	25.038
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(128)	(118)
Outros valores	409	388
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(12.604)	(10.496)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(12.634)	(10.861)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício, sobre adições temporárias.....	30	365
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(12.604)	(10.496)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2016	Constituição	Realização	2017
Provisões para propaganda/publicidade e honorários	387	53	23	417
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	387	53	23	417
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	184	-	161	23
Total dos créditos tributários	571	53	184	440
Obrigações fiscais diferidas	5.282	1.255	2.179	4.358
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas..	(4.711)	(1.202)	(1.995)	(3.918)

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante R\$ 1.794 (2016 - R\$ 1.278) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 5.175 (2016 - R\$ 2.870), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 5.053 (2016 - R\$ 2.205), Contribuição Social (2016 - R\$ 466), COFINS R\$ 105 (2016 R\$ 171) e PIS R\$ 17 (2016 - R\$ 28).

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2018.....	51	18	69
2019.....	102	37	139
2020.....	102	37	139
2021.....	52	18	70
Total.....	307	110	417

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação da Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 397 (2016 - R\$ 364).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há processos com riscos, civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis.

c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

• CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em três classificações: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.

O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (impairment) não terão reflexos relevantes para os ativos e investimentos diretos/ indiretos avaliados no modelo do CPC 48.

• CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC 17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Companhia não terá impactos; e

d) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Silvio José Alves – Contador – CRC-1SP202567/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Celta Holdings S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Celta Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celta Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 23 de abril de 2018

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP02867/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Ao combinar o seu anúncio no Valor e no O Globo, seus resultados impactam:

26 MILHÕES* DE LEITORES
IMPRESSO + DIGITAL

19,5 MILHÕES
de leitores
investidores

7 MILHÕES
de sócios, c-levels,
diretores ou gerentes
sócios ou autônomos

ANUNCIE

11 3767.7043

21 3521.1417

61 3717.3333

valor.com.br/comunicacaocominvestidores

Fonte: leitores impresso Kantar Ibope Media Target Group Index BR TG 2017 II (2016 2s + 2017 1s) v1.0 - Pessoas, leitores impresso 7 dias jornal e 30 dias versão lido via Mídia Online, com projeção Brasil base IVC. Leitores Digital comScore Inc. MMX Multi-Platform, Desktop 6+ Mobile 18+, Home & Work, dezembro17, Brasil | *Total Leitores = Somados digital + impresso com sobreposição de leitores.

A divulgação do Balanço Anual é uma grande oportunidade para expor a boa governança de sua empresa para os nossos leitores.

Alie sua transparência à credibilidade do maior jornal de economia e negócios do país e a mais de 90 anos de história do O Globo.

O GLOBO | **Valor** ECONÔMICO